**ANÁLISE DA LEI 14.133/2021:
INOVAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO PÚBLICA
BRASILEIRA.**

DAVI PEREIRA DE OLIVEIRA¹

MARIA FERNANDA JUNHO DE AZEVEDO²

SAMANTHA LAU FERREIRA ALMEIDA

FAIOLA³

RESUMO: A Lei 14.133/2021 é marcada por inovações em licitações públicas que visam aumentar a transparência e a eficiência. O Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) destaca-se como promissor em termos de transparência, embora a sua implementação apresente desafios de adaptação para órgãos públicos e contratantes. Mudanças nos critérios de seleção e na fase de recurso requerem atenção. A análise de impacto destacou aspectos positivos, como a eficiência e a transparência, mas também destacou desafios, incluindo a necessidade de formação e a burocracia contínua. A implementação enfrenta obstáculos como a formação profissional e a modernização tecnológica. Uma perspectiva da administração pública considera as mudanças legais e avalia o impacto na participação das pequenas empresas. A importância da gestão de contratos e das inspeções pós licitação foi enfatizada para garantir a eficácia dos contratos públicos. Entretanto, a Lei 14.133/2021 representa uma mudança significativa nas práticas de licitação destinadas a melhorar a governança, embora a implementação exija a superação de desafios operacionais e culturais.

¹ Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário UNA Pouso Alegre da rede Ânima Educação. E-mail: gremio1499@outlook.com Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Direito a Instituição de Ensino Superior (IES) UNA da Rede Ânima Educação. 2023.

² Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário UNA Pouso Alegre da rede Ânima Educação. E-mail: mariafernandajunho@hotmail.com Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Direito a Instituição de Ensino Superior (IES) UNA da Rede Ânima Educação. 2023.

³ Professora orientadora. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e em Administração Pública pela Universidade Federal de Ouro Preto. Pós-graduada em Direito Previdenciário, com formação para o Magistério Superior, em Direito Empresarial e em Educação Especial e Inclusiva. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), linha de pesquisa: Ética e Política. E-mail: samantha.almeida@una.br.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 14.133/2021, licitações públicas, Portal Nacional de Compras Públicas, transparência, eficiência, gestão pública.

ABSTRACT: Law 14.133/2021 is marked by innovations in public bidding that aim to increase transparency and efficiency. The National Public Procurement Portal (PNCP) stands out as promising in terms of transparency, although its implementation presents adaptation challenges for public bodies and contractors. Changes to selection criteria and the appeal phase require attention. The impact analysis highlighted positive aspects, such as efficiency and transparency, but also highlighted challenges, including the need for training and ongoing bureaucracy. Implementation faces obstacles such as professional training and technological modernization. A public administration perspective considers legal changes and assesses the impact on small business participation. The importance of contract management and post-bid inspections was emphasized to ensure the effectiveness of public contracts. However, Law 14,133/2021 represents a significant change in bidding practices aimed at improving governance, although implementation requires overcoming operational and cultural challenges.

KEYWORDS: Law 14,133/2021, public tenders, National Public Procurement Portal, transparency, efficiency, public management.

1 INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021) em abril de 2021 é um marco importante na história das compras públicas no Brasil. O objetivo expresso desta nova legislação é modernizar e melhorar os processos de obtenção de bens e serviços no setor público. Ela cria uma nova perspectiva sobre os regimes de contratação pública ao substituir as três leis anteriores que regiam as compras governamentais no país, a saber, a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002 e o Regime de Contratações Públicas Diferenciadas (RDC) de 2011.

Este cenário é dinâmico e complexo, afetando diretamente a administração pública, a economia e a sociedade como um todo. A eficiência e a transparência no processo de licitatório são fundamentais para garantir que os fundos públicos sejam gastos de forma adequada, promovendo o desenvolvimento econômico e satisfazendo as necessidades das pessoas. Contudo, a legislação anterior foi frequentemente criticada por ser lenta, burocrática e propensa à corrupção.

Ao mesmo tempo que enfatizamos a eficiência, também são tomadas medidas para evitar contratos com preços excessivos, inexequíveis ou com taxas adicionais. A eliminação dos três métodos de licitação: convite, preços e sistemas de contratação diferenciada em favor do diálogo competitivo visa atingir este objetivo.

Nesse contexto, o objetivo geral do estudo proposto é analisar o impacto da nova Lei de Licitações, no processo licitatório e na administração pública em geral. Os objetivos específicos do estudo incluem identificar as principais alterações introduzidas pela Nova Lei, avaliar o seu impacto no processo licitatório, analisar a eficácia dessas alterações em termos de transparência, competitividade e inclusão das micro e pequenas empresas, verificar a capacidade do público instituições para implementar a nova lei e integrar e, finalmente, propor medidas para melhorar a implementação da Nova Lei e contribuir para a melhoria da administração pública e do desenvolvimento econômico a partir de o Estado.

A importância e atualidade do tema justificam este estudo, uma vez que a atualização da legislação de compras públicas do Brasil tem o potencial de ter um impacto significativo na administração pública e na economia do país. No entanto, a implementação destas mudanças pode representar desafios, exigindo formação dos funcionários públicos e adaptações nos sistemas informáticos.

A pesquisa proposta combina método de pesquisa exploratória, esta pesquisa fornecerá uma compreensão inicial e ampla da Nova Lei por meio de revisão bibliográfica e análise de documentos legais. A pesquisa exploratória fornece o conhecimento necessário sobre a legislação e seus desafios.

Entretanto, este estudo tem como objetivo avaliar e aprimorar a implementação da nova Lei, com o objetivo de tornar as compras públicas mais eficientes, transparentes e competitivas, reduzindo práticas corruptas. A importância deste estudo reside na importância das compras governamentais para o desenvolvimento econômico nacional e para garantir um ambiente de negócios justo e transparente.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

2.1 Contexto Histórico

As bases para a regulamentação das compras públicas no Brasil foram estabelecidas na Constituição de 1946. Esta constituição estabeleceu regras gerais para a contratação pública,

mas não foi suficientemente e específica para lidar com a crescente complexidade dos contratos públicos.

A partir da década de 1990, o país aprovou a Lei 8.666/1993, que se tornou a principal legislação que rege as licitações públicas no Brasil. No entanto, a lei é notória pela sua complexidade, burocracia e irregularidades. Define regras e procedimentos extensos, mas nem sempre promove a transparência e a eficiência. Vejamos sobre algumas limitações e deficiências:

- **Muita burocracia:** A Lei 8.666/1993 foi reconhecida por sua complexidade e exigências burocráticas, o que tornou o processo licitatório lento e burocrático. Uma série de procedimentos formais muitas vezes desnecessários precisam ser seguidos, o que acaba dificultando uma licitação rápida e eficiente.
- **Lentidão dos processos:** Devido ao excesso de burocracia e procedimentos rígidos impostos pela Lei 8.666/1993, o processo de licitação costumava ser lento e demorado para ser concluído. Isso afeta não apenas a administração pública, mas também os licitantes, que enfrentam atrasos na obtenção de contratos.
- **Falta de eficiência:** A legislação anterior desencorajava a busca pela eficiência e qualidade nas compras públicas. Em muitos casos, o critério de seleção foi puramente o preço mais baixo, sem levar em consideração outros fatores relevantes, como qualidade, capacidade técnica e desempenho anterior dos licitantes.
- **Pouca flexibilidade:** A rigidez da Lei 8.666/1993 também foi apontada como limitação. Os procedimentos são padronizados e não se adaptam bem às diferentes realidades e necessidades das instituições públicas, dificultando a realização de recrutamentos mais eficientes e adequados.

Durante décadas, o sistema existente foi considerado inadequado para lidar com questões críticas como a corrupção, a ineficiência e a falta de transparência. As agências sociais e reguladoras começaram a exigir reformas substanciais nas licitações públicas.

Para atender a esses requisitos, o Brasil aprovou a Lei 14.133/2021, que entrou em vigor em abril de 2021. Esta nova legislação representa um grande esforço para modernizar o sistema de contratação pública e torná-lo mais eficiente, transparente e responsável.

As principais motivações para a mudança incluem a necessidade de combater a corrupção, simplificar procedimentos, aumentar a transparência, incentivar a eficiência,

considerar padrões de sustentabilidade e modernizar sistemas em linha com as melhores práticas internacionais.

A nova lei busca simplificar e agilizar os processos licitatórios, reduzindo a burocracia e aumentando a eficiência. Ela estabelece modalidades de licitação mais flexíveis, como o diálogo competitivo e a licitação por maior retorno econômico, que permitem uma maior adequação às especificidades de cada contratação.

A nova lei de licitações também incorpora critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica ao processo licitatório. Isso significa que, além de preço e qualidade, os órgãos públicos também devem considerar aspectos como redução do impacto ambiental, inclusão social e promoção do desenvolvimento sustentável na seleção de fornecedores.

O desenvolvimento de medidas específicas para facilitar a participação das micro e pequenas empresas no processo licitatório. Dá preferência a essas empresas em determinadas circunstâncias, estabelece limites de valor para sua contratação exclusiva e reserva-lhes cotas mínimas de participação em licitações maiores.

Esta evolução histórica das licitações públicas no Brasil reflete a importância da nova lei de licitações, que visa superar os desafios do sistema anterior e promover uma gestão mais eficiente e responsável dos recursos públicos.

2.2 Princípios Fundamentais da Nova Lei de Licitações no Brasil

A Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as licitações públicas no Brasil, estabelece um conjunto de princípios básicos que orientam as administrações públicas na execução dos contratos. Estes princípios visam garantir a legalidade, a eficiência, a transparência e a equidade no processo de obtenção de bens e serviços a partir de recursos públicos. Os principais Princípios são:

- **Princípio da legalidade:** Este princípio é a base do Estado de direito. Estipula que todos os atos administrativos públicos, inclusive licitações, deverão obedecer rigorosamente à lei. Isto significa que as regras, regulamentos e procedimentos legais devem ser rigorosamente seguidos para garantir que as licitações sejam conduzidas de acordo com a lei.
- **Princípio da Impessoalidade:** A impessoalidade exige que as decisões da administração pública, inclusive aquelas relacionadas a licitações, sejam baseadas em critérios objetivos e não sejam contaminadas por favoritismo

pessoal. Isto evita o nepotismo e qualquer forma de discriminação, garantindo que todos os concorrentes sejam tratados de forma igual.

- **Princípio da Moralidade:** Este princípio determina a necessidade de a administração pública ser ética e moralmente correta em todas as etapas do processo licitatório. É proibido aumentar preços, favorecer empresas e outros comportamentos que prejudiquem os interesses sociais e públicos.
- **Princípio da Publicidade:** A publicidade é um dos pilares da transparência. De acordo com este princípio, todas as informações durante o processo de licitação, desde o anúncio até o anúncio dos resultados, devem ser divulgadas ao público. Isso permite que a sociedade monitore as ações governamentais e fiscalize o uso dos recursos públicos.
- **Princípio da Igualdade:** Este princípio garante igualdade de condições e oportunidades a todas as empresas interessadas em licitar. Nenhuma empresa deve ser injustamente privilegiada ou desfavorecida.
- **Princípio da Competitividade:** A concorrência visa promover a concorrência entre as empresas participantes. Quanto mais empresas envolvidas no processo licitatório, maior será a possibilidade de obtenção de proposta favorável por parte da administração pública.
- **Princípio da Sustentabilidade:** este é um princípio relativamente novo que reflete preocupações com o meio ambiente e a sustentabilidade. A nova lei exige que os aspectos ambientais e sociais sejam considerados nas compras públicas, incentivando os fornecedores a adotarem práticas mais responsáveis.

3 PRINCIPAIS INOVAÇÕES DA LEI 14.133/2021

3.1 Criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

O principal objetivo do PNCP é aumentar a transparência, acessibilidade e eficiência das compras públicas e das atividades de contratação pública. Isto beneficia não apenas agências governamentais, mas também empresas, cidadãos e agências governamentais. O portal garantirá o acesso público à informação em todas as fases, desde a emissão de uma notificação até à assinatura de um contrato, aumentando a transparência e permitindo ao público monitorizar de perto a utilização dos recursos públicos.

Uma característica importante do PNCP é a padronização de documentos e formulários utilizados em licitações e contratos públicos. Isto simplifica procedimentos, reduz erros e melhora a interação entre autoridades públicas e empresas interessadas em participar de licitações. Além disso, ao centralizar informações e documentação, os portais podem reduzir a complexidade do processo licitatório, tornando-o mais acessível e eficiente.

No entanto, ainda existem desafios na implementação do PNCP, incluindo a garantia da segurança dos dados, a garantia da interoperabilidade com os sistemas existentes e a prestação de formação adequada aos funcionários públicos para utilizarem a plataforma de forma eficaz.

O Portal Nacional de Compras Públicas é uma iniciativa que promete mudar a forma como as compras públicas são feitas no Brasil. Ao apostarmos na transparência, na concorrência e na eficiência, podemos melhorar a qualidade dos contratos públicos e contribuir para uma utilização mais eficiente dos recursos públicos. Esta medida reflete os esforços do Estado para aumentar a transparência e eficiência na administração pública, ao mesmo tempo que incentiva a participação empresarial no processo de licitação e aumenta a confiança da sociedade nas instituições governamentais.

3.2 Licitações Eletrônicas

A Lei de Licitações nº 14.133/2021 estipula que todos os métodos licitatórios devem permitir o uso de meios eletrônicos e incentiva o uso de licitações eletrônicas. Além disso, a nova lei amplia a possibilidade de utilização do pregão eletrônico, modalidade específica de pregão.

No contexto da nova legislação, o pregão eletrônico tem o potencial de tornar o processo de licitação mais flexível, transparente e eficiente. No entanto, superar os desafios relacionados com o reforço de capacidades, a cibersegurança e a inclusão digital é fundamental para garantir a igualdade de acesso a estas oportunidades de contratação pública para todas as partes interessadas.

Em suma, a licitação eletrônica representa um passo na modernização dos contratos públicos, em linha com a tendência global para a digitalização dos processos governamentais. Mas há vantagens e desafios nessa modalidade de licitação, e elas são:

a) Vantagens das Licitações Eletrônicas:

- Economia de tempo e recursos: O processo eletrônico economiza tempo e recursos ao eliminar a necessidade de deslocamento presencial para apresentação de documentos e propostas.

- Redução da burocracia: A digitalização de documentos e procedimentos reduz a burocracia e torna os processos mais ágeis e eficientes.
- Ampliação da Concorrência: A facilidade de participação online pode atrair mais partes interessadas, aumentando a concorrência e potencialmente reduzindo os preços.
- Transparência: Todas as etapas do processo são registradas eletronicamente, aumentando a transparência e a rastreabilidade na tomada de decisões.
- Segurança: A plataforma de pregão eletrônico foi projetada com fortes medidas de segurança para proteger a integridade e a confidencialidade das informações.

b) Desafios das Licitações Eletrônicas:

- Acesso à Internet: A eficácia da licitação eletrônica depende do acesso à Internet. Em áreas remotas ou com infraestrutura precária, podem ser aplicadas restrições.
- Capacitação: Tanto os funcionários públicos como as empresas interessadas precisam de ser formados na utilização eficaz das plataformas eletrônicas.
- Cibersegurança: A cibersegurança é sempre uma preocupação porque os sistemas eletrônicos podem ser alvo de ataques.
- Exclusão Digital: As empresas sem acesso a recursos técnicos podem ser excluídas dos processos eletrônicos, o que pode ser um desafio para as zonas rurais ou para os pequenos fornecedores.

3.3 Modalidades de Licitação e Critérios de Julgamento

A nova Lei de Licitação busca ser mais flexível na seleção de métodos e critérios de avaliação, a fim de alcançar melhores resultados nas compras públicas. Além disso, destaca a importância de critérios como a sustentabilidade e o fomento à inovação na seleção das propostas. Cada modelo e padrão devem ser selecionados de acordo com as características específicas de cada contrato. As modalidades e os critérios de julgamento que são usados:

- a) As modalidades de licitação são:
- Concorrência: É a forma mais tradicional e amplamente utilizada. É adequado para grandes contratos, projetos e serviços de engenharia. As disputas são

conduzidas em uma única etapa e os julgamentos são feitos sobre propostas técnicas e de preços.

- Tomada de Preços: Aplicável a pequenos contratos de empresas previamente convidadas pelo governo a se cadastrarem no órgão ou entidade licitante. Possui ainda duas etapas: qualificação e julgamento de propostas técnicas e de preços.
- Convite: Para pequenos contratos. Neste caso, a administração convidará diretamente pelo menos três interessados, cadastrados ou não. As disputas ocorrem em uma etapa e o julgamento é feito sobre as propostas de preços.
- Concurso: Método de seleção de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos por meio de premiação ou remuneração aos vencedores.
- Leilão: Bens públicos para venda de bens móveis ou imóveis, alienação de bens inutilizáveis, etc.
- Pregão: Modalidade destinada à aquisição de bens e serviços comuns. Caracteriza-se pelo inverso das fases: primeiro ocorre a apresentação das propostas de preços e, depois, a fase de lances. O critério de julgamento é o menor preço.
- Diálogo Competitivo: Essa modalidade é utilizada em situações complexas, onde a administração pública dialoga com licitantes previamente selecionados para a definição das soluções.

b) Critérios de Julgamento:

- Menor Preço: Este é o critério mais comum, vence a proposta de menor preço.
- Maior Desconto: Para lances do tipo leilão, os licitantes oferecem descontos com base em uma tabela de referência.
- Melhor Conteúdo Técnico ou Artístico: Para licitações de serviços de natureza essencialmente intelectual, como consultoria.
- Tecnologia e preço: Combinando os padrões de tecnologia e preço, soma-se a pontuação da tecnologia e o valor da proposta, e aquele com maior soma é o vencedor.
- Maior Lance ou Oferta: Usado em leilões.
- Menor Subsídio ou Transferência de Recursos Públicos: para licitações em parcerias público-privadas e concessões.

3.4 Ordem das Fases

A ordem das diversas etapas do processo licitatório poderá variar dependendo do modelo de licitação empregado e das circunstâncias específicas de cada caso. Porém, de acordo com a nova Lei de Licitações 14.133/2021, é possível elencar a sequência geral das etapas mais comuns nas licitações:

Primeira fase: Fase Interna

- Planejamento da licitação: Nesta fase, a administração pública determina as necessidades, prepara o programa básico ou termos de referência e define critérios de seleção, modalidades e critérios de julgamento.
- Autorização e Dotação Orçamentária: Esta fase garante autorização para realização de licitações e disponibilidade de orçamento.

Segunda fase: Fase Externa

- Publicação do Edital: Os Editais são publicados em meios oficiais e eletrônicos para informar todos os interessados sobre o processo licitatório.
- Habilitação dos Interessados: Os interessados apresentam os documentos necessários que comprovem sua capacidade jurídica, técnica e financeira.
- Apresentação de Propostas: Os licitantes submetem seus preços ou propostas técnicas de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos.
- Julgamento e recurso: A comissão de licitação analisará os documentos, analisará e julgará se há recurso.
- Homologação e Adjudicação: A autoridade competente certifica o resultado e entrega o objeto ao vencedor.

Terceira fase: Fase Contratual

- Assinatura do Contrato: Após a adjudicação, é assinado o contrato entre a administração pública e o vencedor da licitação.
- Execução e Fiscalização: Durante a execução do contrato, a administração fiscaliza o cumprimento das obrigações contratuais.
- Pagamento: Realização dos pagamentos de acordo com as condições estabelecidas no contrato.

Quarta fase: Fase de Encerramento

- **Garantias Contratuais:** Se previsíveis, a empresa vencedora deverá prestar as garantias exigidas no contrato.
- **Recebimento e Fechamento:** Ao final da execução do contrato será emitido um recibo final e o processo licitatório será encerrado.

3.5 Novidades nas Alienações

A sequência de etapas do processo licitatório pode variar dependendo do tipo de licitação adotada e das circunstâncias específicas de cada caso. Estas alterações pretendem tornar o processo de alienação de bens públicos mais flexível, transparente e eficiente, garantindo que os bens públicos sejam devidamente geridos e que os recursos obtidos sejam utilizados em benefício da sociedade como um todo.

É importante salientar que apesar da flexibilidade da administração pública, esta deve sempre aderir aos princípios da legalidade, objetividade, ética, abertura e eficiência em todas as ações, incluindo a alienação de ativos.

Contudo, de acordo com a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, pode-se elencar uma sequência geral das etapas mais comuns do processo licitatório:

- **Venda Direta para Pequeno Valor:** A nova lei permite que as administrações públicas vendam diretamente bens móveis considerados de pequenos montantes, sem necessidade de processo licitatório. A medida visa simplificar o processo para mercadorias com baixo valor econômico.
- **Venda por Leilão Eletrônico:** A legislação prevê a venda de bens móveis e imóveis através de leilão eletrônico. Isto melhora a eficiência do processo, aumenta o envolvimento das partes interessadas e reduz os custos operacionais.
- **Alienação de Imóveis por Proposta de Valor de Mercado:** A nova lei permite a proposta de venda de imóveis da administração pública a valor de mercado sem avaliação prévia. Isso agiliza o processo de vendas.
- **Realização de Chamamento Público para Alienação de Terrenos Urbanos:** A nova legislação permite a venda de terrenos urbanos através de solicitação aberta para permitir que as partes interessadas participem em projetos de desenvolvimento urbano.

- Venda de Bens Móveis Inservíveis: A lei estabelece critérios para a alienação de bens móveis inutilizáveis, incluindo a necessidade de avaliação prévia e a definição de procedimentos específicos para o efeito.
- Recursos obtidos nas Alienações: Os recursos provenientes da alienação de bens públicos devem ser utilizados para pagar a dívida pública ou investir em infraestruturas.
- Venda de Bens Imóveis Desnecessários: A nova lei também permite a venda de imóveis considerados desnecessários à administração pública, desde que haja interesse público e o processo de venda seja transparente.

3.6 Os Agentes Públicos e os Agentes de Contratação

Os Agentes Públicos são servidores que ocupam um cargo ou emprego público e tem deveres e responsabilidades prescritos por lei. Eles podem ser divididos em duas categorias: funcionários regulares e funcionários comissionados. Os funcionários efetivos são aqueles que passaram em concurso público e possuem cargos estáveis, enquanto os funcionários nomeados são indicados pelo poder público e exercem funções de confiança e não possuem estabilidade.

Já os Agentes de Contratação são um tipo específico de Agente Público cuja função é conduzir as etapas externas do processo licitatório com o objetivo de selecionar os contratos que melhor beneficiarão o governo na implementação de políticas públicas. Eles são responsáveis pela análise de documentos, seleção de licitantes e julgamento de propostas que irão desencadear a adjudicação de um contrato. É, portanto, importante que os agentes contratantes tenham autonomia e independência no exercício das suas atividades, sem receio de ofender interesses externos e correr o risco de serem despedidos.

No mundo das licitações e contratações públicas, é fundamental compreender o papel dos agentes públicos e dos agentes contratantes, pois eles desempenham funções únicas e relevantes ao longo de todo o processo. Vamos falar sobre o que esses profissionais fazem:

a) Agentes públicos:

- Autoridades superiores: São responsáveis pela tomada de decisões estratégicas relacionadas com os contratos públicos. Estes incluem ministros, secretários, chefes de instituições públicas, prefeitos, etc. Eles são responsáveis por autorizar a execução das licitações e aprovar os resultados.

- Comissão de Licitação: É um grupo de funcionários responsáveis pela condução e revisão do processo de licitação. Eles garantem o cumprimento dos procedimentos legais, analisam propostas e qualificações e recomendam vencedores. A composição do comitê pode variar dependendo da complexidade da licitação.
- Pregoeiro: No caso de licitação na modalidade leilão, o Pregoeiro é responsável pela condução da reunião de licitação, recebimento dos lances, vistoria de documentos e adjudicação da matéria ao licitante vencedor.
- Fiscais de Contrato: Após a assinatura do contrato, o fiscal de contrato é responsável por fiscalizar a execução do contrato e garantir que os serviços ou bens contratados sejam entregues de acordo com as especificações e prazos estipulados.

b) Agentes de Contratação:

- Advogados e Consultores Jurídicos: São profissionais jurídicos que prestam assessoria às administrações públicas na preparação de notificações, análise de recursos, pareceres jurídicos e resolução de questões jurídicas relacionadas com o processo de licitação e contratação.
- Engenheiros e técnicos: Dependendo da finalidade do contrato, os engenheiros e técnicos desempenham um papel importante na avaliação das opções técnicas, na preparação da base ou execução do projeto e na supervisão da execução do contrato.
- Contadores e Economistas: Podem ser necessárias planilhas de estimativa de custos e formação de preços, principalmente na contratação de serviços complexos.
- Auditores Internos ou Externos: Em alguns casos, auditores internos ou externos podem ser nomeados para auditar o processo de licitação e contratação para garantir o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

3.7 Perspectivas para a Gestão Pública Brasileira

Um dos pontos mais relevantes é buscar eficiências no processo licitatório. A nova lei introduz procedimentos mais eficientes, como o diálogo competitivo e os procedimentos de

manifestação de interesses, que têm o potencial de acelerar a contratação pública e reduzir a burocracia. Isto significa que as autoridades públicas poderão adquirir mais rapidamente, de forma mais eficiente e melhor satisfazer as necessidades da população.

Outro ponto importante envolve transparência e controle social. A criação do Portal Nacional de Contratos Públicos (PNCP) e a publicação obrigatória dos detalhes das aquisições aumentaram a visibilidade do processo de contratação. Isto permite às empresas acompanhar de perto a utilização dos recursos públicos e contribuir para o combate à corrupção.

Ademais, estas perspectivas colocam desafios significativos. A adequação cultural e organizacional é uma das maiores barreiras. Muitas organizações públicas estão habituadas a processos mais tradicionais e burocráticos, o que pode dificultar a transição para uma gestão mais flexível e transparente. É necessário um esforço concertado para promover a mudança de mentalidade e valorizar a eficácia.

Entretanto, as perspectivas da nova lei de compras públicas para a administração pública brasileira são brilhantes, mas exigirão esforços significativos para superar desafios relacionados à adaptação cultural, formação, tecnologia e gestão. A luta por uma maior eficiência, transparência e sustentabilidade nos contratos públicos é um objetivo importante, cuja concretização beneficiará a sociedade como um todo.

4 IMPACTOS E DESAFIOS NA GESTÃO PÚBLICA COM A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 14.133/2021

Uma das principais mudanças é a introdução de novos modelos de licitação, como o diálogo competitivo e os leilões reversos, que proporcionam maior flexibilidade na escolha da melhor forma de contratação para atender às diferentes situações e necessidades.

A lei amplia os critérios de avaliação das propostas para além do preço mínimo, permitindo que as administrações públicas avaliem aspectos como qualidade, sustentabilidade e inovação, incentivando a busca por soluções mais adequadas.

Há um forte incentivo ao uso da tecnologia para tornar a licitação eletrônica a regra e abrir espaço para a participação de empresas estrangeiras, o que ajuda a modernizar e tornar o processo mais transparente. Além disso, a lei promove normas de contratação sustentável, em linha com as tendências globais de desenvolvimento sustentável, e aumenta a transparência e o acesso à informação, que são a base do controlo social.

Do ponto de vista da administração pública, a nova lei permite uma seleção mais criteriosa dos fornecedores, tendo em conta outros critérios que não o preço, resultando em contratos de maior qualidade e mais adequados às necessidades do governo.

A redução da burocracia e a simplificação dos processos licitatórios contribuem para maior eficiência e economia na administração pública, agilizando a prestação de serviços e obras. Enfatizar a transparência e a rastreabilidade para reduzir o potencial de irregularidades e corrupção nos contratos públicos e garantir processos mais honestos.

É ressaltada a importância da gestão dos contratos públicos, exigindo um acompanhamento rigoroso da execução das obrigações contratuais para evitar desperdícios e garantir o cumprimento dos objetivos contratuais.

Em resumo, a Lei 14.133/2021 representa uma reforma significativa no cenário das licitações e contratações públicas no Brasil, introduzindo mudanças que visam aprimorar a eficiência, transparência e qualidade dos processos, ao mesmo tempo em que oferecem oportunidades e desafios para a capacitação dos servidores envolvidos.

4.1 Impactos Positivos

A nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021) representa um grande avanço para o programa de compras públicas do Brasil. Os seus principais objetivos são simplificar procedimentos, aumentar a eficiência, aumentar a transparência e a competitividade dos processos licitatórios e dos contratos administrativos. A lei aborda uma série de questões, incluindo sistemas de registo de preços, governação, sustentabilidade, gestão e consórcios públicos.

Uma das principais inovações é a introdução de um modelo de diálogo competitivo que permite aos licitantes dialogar previamente para desenvolver soluções inovadoras e complexas. Além disso, a lei aprimora as qualificações, os critérios de seleção e o formato de apresentação de propostas, proporcionando maior agilidade e agilizando o processo de envio de documentos de habilitação.

4.2 Impactos Negativos

No entanto, as maiores críticas aos novos regulamentos prendem-se com uma das principais razões pelas quais foram elaborados: procedimentos burocráticos e excesso de burocracia.

Além disso, os requisitos previstos no art. 18, parágrafo 1º e art. 13 da Nova Lei de Licitações decide emitir parecer conclusivo sobre a viabilidade de execução da licitação antes do início da licitação ou mesmo durante o processo licitatório, o que significa tempo, esforço, pesquisa e estudo se há alguma desvantagem.

Porém, por outro lado, encontramos formalidades excessivas, burocracias exageradas e disfuncionais, procedimentos mecânicos repetitivos e altamente técnicos, que podem prejudicar a funcionalidade do processo concursal desde o início.

As assinaturas regidas pela Lei nº 8.666/1993 podem levar aproximadamente 30 a 40 dias desde a fase interna até a assinatura do contrato, regidas pela nova lei de licitações, dificilmente serão concluídas no mesmo prazo.

Não há dúvida de que o planejamento de licitações e contratos seria mais eficiente se fosse mais simples e objetivo. Contudo, seria imprudente exigir simultaneamente maior segurança jurídica, redução de fraudes e uniformização de procedimentos. É neste contexto que nos deparamos com um “dilema”.

4.3 Micro e Pequenas Empresas e a Nova Lei de Licitações

A Nova Lei de licitações em seu art. 4º, expressamente aceito o art. 42 a 49 da LC nº 123 de 2006. Resumidamente, esses dispositivos referem-se a um prazo adicional para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista no momento da habilitação em licitações, ao priorizar o recrutamento em caso de igualdade de ofertas, organizando ofertas exclusivas para micro e pequenas empresas, tendo cota de 25% do objeto comissionado destinado a micro e pequenas empresas e prioridade no comissionamento de micro e pequenas empresas locais ou regionais.

A Lei 14.133/2021 traz mudanças significativas na participação das micro e pequenas empresas nos processos licitatórios. Embora a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar 123/2006) continue em vigor, a nova lei limita os benefícios e preferências previstos na lei complementar. Isto significa que em alguns casos as empresas classificadas como micro ou pequenas podem ser impedidas de beneficiar do regime de tratamento diferenciado.

Em suma, a nova lei de licitações tem um impacto potencialmente positivo na participação das micro e pequenas empresas nas licitações. Incentivos e medidas de facilitação podem proporcionar a essas empresas melhores acessos e oportunidades, contribuir para uma maior diversificação de fornecedores e fortalecer o cenário econômico local. No entanto, é

importante monitorizar cuidadosamente a implementação e os resultados destas medidas para garantir que cumprem realmente o seu propósito e não criam desequilíbrios ou distorções no processo concorrencial.

4.4 Principais Desafios na Implementação da Nova Lei

A nova Lei nos informa com seu art. 193 que as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002 serão revogadas somente após 2 (dois) anos de sua publicação oficial. De 01.04.2021 a 01.04.2023, entrarão em vigor ao mesmo tempo pelo menos três leis que regulamentam os procedimentos licitatórios em nosso país.

Contudo, passados mais de dois anos desde a sua promulgação, observou-se que poucas cidades implementaram a nova lei. A maior parte dos contratos públicos ainda se baseia nas disposições das leis anteriores, especialmente nas contratações e despedimentos de pequena escala com base no mérito.

A implementação da Lei 14.133/2021 exige uma mudança significativa no pensamento dos gestores públicos, incluindo a formação dos agentes públicos, as normas processuais e a adequação de pessoal e recursos administrativos. É dada ênfase à formação dos agentes públicos de acordo com o disposto em normas específicas para garantir o adequado desempenho das funções necessárias.

Além disso, a nova legislação visa modernizar o sistema de contratação pública, promovendo a virtualização dos processos e conduzindo-os principalmente por via eletrônica, tornando o modelo presencial uma exceção.

4.5 Gestão de Contratos e Fiscalização Pós-licitação

A nova lei de licitações do Brasil enfatiza a importância da gestão de contratos públicos, que abrange todas as etapas, desde a execução até o encerramento. Um dos principais avanços da lei é a ênfase na transparência e na prestação de contas e na obrigatoriedade de disponibilização de informações em tempo real no Portal Nacional de Contratos Públicos (PNCP). Isso permite um controle e prevenção mais eficazes de violações.

Além disso, a legislação introduz mecanismos mais rigorosos de monitorização e controlo contratual, incluindo a definição de indicadores de desempenho, a realização de auditorias e a avaliação contínua do cumprimento dos termos contratuais. As inspeções de

contrato são realizadas por inspetores de contrato para garantir que os serviços ou bens entregues atendem às especificações técnicas e aos prazos especificados.

O controle dos contratos é uma etapa essencial na gestão dos contratos públicos, permitindo à administração pública verificar se o contrato está sendo executado de forma eficiente e econômica para atender às necessidades da sociedade. O acompanhamento pós-licitação, incluindo revisões contratuais e avaliação de indicadores de desempenho, desempenha um papel fundamental nesse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisar o contexto histórico, percebemos que a Lei 14.133/2021 representa um marco importante na evolução das normativas que regem as compras públicas no Brasil. Suas raízes remontam à revogação de leis anteriores como 8.666/93, 10.520/2002 e a RDC de 2011. Seus princípios, como eficiência, transparência e competitividade, ressoam como alicerces fundamentais de uma administração pública responsável, e a Lei 14.133/2021 surge como componente fundamental da reconfiguração do programa de licitações e contratações administrativas do Brasil, prometendo maior eficiência, transparência e sustentabilidade. Entretanto, sua correção não é um desafio significativo que permeiam todo o seu percurso.

Os desafios começam na adaptação cultural e organizacional necessária para incorporar as mudanças propostas. Muitas instituições estão agarradas em práticas mais tradicionais e burocráticas tornando a transição para modelos mais flexíveis e transparentes uma tarefa complexa. A formação das instituições públicas, a supervisão dos diversos órgãos, o estabelecimento de estruturas específicas de pessoal e a modernização das unidades administrativas tornam-se passos críticos que requerem investimento e esforços coordenados.

Além disso, a eficácia da nova legislação dependerá da capacidade das instituições públicas para superar obstáculos operacionais. A integração dos sistemas eletrônicos, a eficácia do Portal Nacional de Contratos Públicos (PNCP) e a implementação de práticas inovadoras como o diálogo concorrencial exigem investimentos em recursos técnicos e humanos.

Ademais, o sucesso da Lei 14.133/2021 dependerá em grande parte da eficácia da interpretação jurisprudencial ao longo do tempo. O progresso nesta investigação é fundamental para esclarecer ambiguidades e garantir que os tribunais apliquem a lei de forma justa e consistente.

Perante estes desafios, o compromisso coletivo é crucial. A colaboração entre os setores público e privado, aliada à participação ativa da sociedade civil, é fundamental para superar

resistências e desafios operacionais. Os investimentos em formação, tecnologia e processos mais eficientes são investimentos no reforço da governação e na criação de uma administração pública mais ágil e transparente.

A Lei 14.133/2021 é, portanto, mais do que uma simples mudança legislativa, é um convite à transformação cultural e operacional. O sucesso deste esforço não dependerá apenas da qualidade da legislação, mas também da resiliência e determinação de todos os envolvidos na construção de uma administração pública mais eficiente, transparente e responsável, em benefício da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DILMA ROUSSEFF. **LEI Nº 12.462: regime diferenciado de contratações públicas - rdc. Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC. 2011.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112462.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.** 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm Acesso em: 21 JUN. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 14.133, DE 1 DE ABRIL DE 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: seção 1, ed. extra, Brasília, DF, ano 159, n. 61-F, p. 1-23, 1 abr.2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm Acesso em: 20 JUN. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da CAMPANHOLI, Cristiane Piazzentim; VENERI, Thais Helena Martins. Os desafios para implementação da nova lei de licitações: procedimentos iniciais para recepção da Lei

14.133/2021. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 27, n. 7074, 13 nov. 2022. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/101059>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DEBORAH CHRYSTINE PEIXOTO ALVES (ed.). Nova Lei de Licitações - **PRINCÍPIOS E OBJETIVOS**. 2022. Disponível em: https://unieducar.org.br/blog/nova-lei-de-licitacoes-principios-e-objetivos?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAo7KqBhDhARIsAKhZ4uiEsl7wnNLS3LYhoi9guWf66dG4sevn3UW3eSDZqGaklCYpeFjMGscaAhbqEALw_wcB. Acesso em: 27 out. 2023.

JOÃO MARCOS FERREIRA DE SOUZA. **AS CINCO MAIS IMPORTANTES ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI 14.133/2021**. 2023. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/12752/As-cinco-mais-importantes-alteracoes-trazidas-pela-Lei-14133-2021#:~:text=A%20segunda%20mudan%C3%A7%C3%A3o%20significativa%20e,79%20da%20Lei%2014.133%2F2021>. Acesso em: 22 set. 2023.

SILVA, Jessica Evelyn Souza. **O PROCESSO DE LICITAÇÃO NA LEI 14.133/2021: ANÁLISE DAS LIMITAÇÕES AO TRATAMENTO DIFERENCIADO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**. 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/22135/1/JESSICA%20EVELYN%20SOUZA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

SOUZA, Jefferson de Oliveira. **LICITAÇÕES PÚBLICAS OS IMPACTOS E DESAFIOS DA REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/35908>. Acesso em: 22 set. 2023.